

# territórios negros



ano 4 • nº 15 • 2004

Informativo de apoio às Comunidades Negras Rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo • Publicação de KOINONIA

## editorial

Assistimos a uma lenta, mas irreversível mudança no tratamento oficial do tema dos territórios negros por parte dos poderes públicos. Está claro que, da mesma forma que já acontece com a população indígena, é preciso reconhecer as particularidades históricas e culturais da população quilombola para que determinadas políticas pensadas como universais atinjam de fato essas populações e seus objetivos. A organização de um Cadastro Nacional, a formulação de um Plano Nacional de Desenvolvimento e a inclusão do tema nas parcerias formalizadas entre o governo e o Banco Mundial na área de saúde ou na definição da política da Bolsa Família são os sinais dessa mudança.

No mesmo sentido, apesar da greve nacional dos servidores do INCRA, alguns escritórios estaduais, com destaque para o do Espírito Santo, começaram a se organizar para assumir suas novas funções diante do tema dos quilombos, definidas pelo decreto presidencial de 20 de novembro passado. Consultas locais têm favorecido o diálogo com as organizações quilombolas e o acordo em torno da definição de um plano de trabalho.

Ainda que sem a necessária sintonia com as iniciativas do INCRA, a Fundação Cultural Palmares também volta a realizar ações de reconhecimento oficial de comunidades quilombolas. A FCP está produzindo três novos laudos de identificação sobre as comunidades de Angelim (ES), Brejo dos Crioulos (MG) e Preto Forro (RJ), a partir de demandas e informações concretas do movimento e entidades de apoio. Apesar de não serem mais necessários do ponto de vista legal, tais laudos têm importantes efeitos práticos no sentido de acelerar o processo de reconhecimento e sustentar a intervenção dos poderes públicos nas situações de conflito.

Mas, como sempre, as ações do Estado não são totalmente coerentes, em especial quando há grandes interesses econômicos e políticos em jogo. Assim, permanece indefinida a posição oficial sobre importantes e paradigmáticas situações de conflito, amplamente documentadas, como as que envolvem as comunidades da Marambaia (RJ) e Alcântara (MA). No caso de Porto Coris (MG), infelizmente, a situação já foi definida: a comunidade quilombola, junto a dezenas de outras, será alagada pela represa da CEMIG.

Assim, para que a definição de metas e políticas gerais não se preste apenas à função de vitrine — diante dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro diante dos organismos internacionais de direitos humanos — é preciso que o movimento quilombola e as entidades que o apóiam criem instrumentos de monitoramento tanto das políticas globais para o tema, quanto das situações pontuais, vividas por essas comunidades, onde se realiza o teste de realidade e eficácia daquelas políticas.

Portanto, para que os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro diante dos organismos internacionais de direitos humanos não se prestem apenas à função de vitrine, é preciso que o movimento quilombola e as entidades que o apóiam criem instrumentos de monitoramento tanto das políticas globais para o tema quanto das situações pontuais vividas por essas comunidades. Só assim poderemos atestar a eficácia e realidade dessas ações.



José Maurício Arruti

Sapé do Norte ES 2004

• **POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**CADASTRO DE REMANESCENTE DE QUILOMBOS.**

A Fundação Cultural Palmares vem promovendo, desde o início de março, um amplo cadastro das comunidades remanescentes de quilombos. A iniciativa é resultado do novo decreto (número 4887 de 20 de novembro 2003) que institui como critério para reconhecimento de terras de remanescentes de quilombos a auto-atribuição da identidade quilombola, dispensando a produção prévia de laudo antropológico.

O cadastro é o registro oficial da declaração de autodefinição como *comunidade remanescente de quilombos*. São considerados remanescentes de quilombos os grupos étnicos raciais que se identificam como tais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta à opressão histórica sofrida.

A associação comunitária (ou na falta desta, cinco representantes do grupo) deve registrar a comunidade na Fundação Cultural Palmares. A partir daí, o Incra passa a cuidar da demarcação territorial e da elaboração de um relatório técnico sobre as características da comunidade. A delimitação do território deve levar em conta a área geográfica utilizada pelas as comunidades não só para sua reprodução física e econômica, mas também social e cultural. Após a apreciação do relatório a Fundação Cultural Palmares designará a área como Território Cultural Afro Brasileiro, dando início ao processo de registro de patrimônio imaterial junto ao Instituto do Patrimônio Histórico



Comunidade de Linharinho - São Mateus - ES 2004 -

José Maurício Arruti

e Artístico Nacional (IPHAN). O cadastro da comunidade na Fundação Cultural Palmares garante assistência jurídica em todos os graus aos quilombolas, protegendo a integridade da área em questão.

**FONTE:** ADITAL

• **POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**COMITÊ GESTOR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA QUILOMBOLAS**

A secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) instalou em 26 de janeiro o Comitê Gestor para a Formulação do Plano de Desenvolvimento para as Comunidades Remanescentes de Quilombos. O comitê, criado por decreto presidencial em 2003, articulou com 20 ministérios políticas de governo para as comunidades quilombolas. A coordenação executiva dos trabalhos foi repartida entre os ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e Casa Civil. Os ministérios são responsáveis pelos aspectos institucionais, pela parte fundiária e pela preservação da cultura africana de resistência à escravidão. A proposta do comitê tem o

objetivo de descentralizar as questões das comunidades quilombolas para que haja um esforço conjunto, além de mobilizar recursos de todos os ministérios envolvidos. O comitê estipulou o prazo de 90 dias para elaborar o plano.

**FONTE:** Agência Brasil

**POLÍTICA NACIONAL PARA QUILOMBOLAS LANÇADA EM KALUNGAS**

O presidente Lula visitou em março a comunidade dos Kalungas, localizada em Cavalcante (GO), há 300 Km de Brasília. Segundo a ministra da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, a visita simboliza o primeiro passo do Plano Nacional para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, cujo objetivo é garantir às comunidades quilombolas a posse de terra e o acesso a serviços como saúde, educação e saneamento.

Cerca de 10 ministérios estão envolvidos nesse projeto, que é uma ação conjunta entre os governos federal, estadual e municipal para atender as comunidades nas áreas em que vivem.

Em Kalunga - maior quilombo do país, com aproximadamente 4.000 moradores - Lula participou da cerimônia de ligação da luz elétrica na área e em um discurso para três mil pessoas prometeu a construção de 400 casas, a reforma de outras 800 e a regularização, em parceria com o estado de Goiás, da titularidade das terras dos Kalungas. Além disso, o presidente assinou um convênio para levar tratamento oftalmológico para a população. *Fonte: O Globo e Agência Brasil*

#### • POLÍTICAS PÚBLICAS

##### BANCO MUNDIAL E FUNASA LEVAM SANEAMENTO PARA QUILOMBOLAS

O Banco Mundial investirá durante os próximos três anos cerca de R\$ 16 milhões no Programa de Saneamento Básico e Ambiental da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Áreas Quilombolas. Os recursos estão previstos no projeto Vigisus II, que estabeleceu um acordo financeiro entre o Banco Mundial e o Ministério da Saúde, através da Funasa, para a saúde indígena e saneamento básico em áreas especiais, que inclui as comunidades quilombolas. O total a ser liberado até 2007 é de cerca de R\$ 75 milhões. A Funasa entrará com uma contrapartida de mesmo valor. Este ano devem ser liberados R\$ 17,5 milhões pelo Banco Mundial

Segundo dados do Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quilombolas estão concentrados em municípios que ainda apresentam precariedade na área de saneamento. Em um universo de 900 mil domicílios, localizados nestes municípios, cerca de 25%, ou 225 mil residências, não possuem esgoto sanitário.

*FONTE: FUNASA*

#### • POLÍTICAS PÚBLICAS BIBLIOTECA E AGENTES DE CULTURA EM LEITÃO DA CARAPUÇA

A comunidade quilombola Leitão da Carapuça localizada no município de Afogados da Ingazeira (PE) recebeu a visita, no final do ano passado, dos ministros da Cultura e Desenvolvimento Agrário. Gilberto Gil e Miguel Rosseto lançaram o projeto Arca das Letras, a série Cantos do Semi Árido e entregaram diplomas a Agentes da Cultura.

As arcas das letras são minibibliotecas criadas especialmente para comunidades rurais e coordenadas por Agentes de Leitura. Os acervos são formados por cerca de 200 títulos, selecionados de acordo com sugestões das comunidades, abrangendo diversos gêneros de literatura, para todas as idades, além de livros didáticos e técnicos (produção rural, cidadania, meio-ambiente e saúde). Os Agentes de Leitura são escolhidos pela comunidade e são capacitados para manutenção dos acervos, empréstimos dos livros e desenvolvimento de atividades de incentivo à leitura. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Reordenamento Agrário em parceria com cinco ministérios – Cultura, Desenvolvimento Agrário, Educação,

Justiça e Meio Ambiente.

*FONTE: MINC*

#### BA

##### DOCUMENTÁRIO SOBRE QUILOMBOS DA BAHIA

O fotógrafo Antônio Olavo está produzindo, desde janeiro deste ano, o documentário "Quilombos da Bahia", com patrocínio de R\$ 579 mil da Petrobrás. "A Bahia é negra, mas desconhece a situação de seus filhos", disse o documentarista, baseado em dados de pesquisas da Universidade do Estado da Bahia que informam que 68,7% da população baiana é afro-descendente e que existem, no mínimo, 283 comunidades remanescentes de quilombos no estado.

Como há uma ausência significativa de informações sobre o assunto, um banco de dados foi montado; a partir de informações colhidas em pesquisas de campo e indícios



José Maurício Arruti

Comunidade de Linharinho ES 2004



José Mauricio Arruti

Mercado Municipal de São Mateus ES

da presença das comunidades quilombolas em bairros de Salvador como Itapuã, Pirajá e Rio Vermelho. O documentário será dividido em duas vertentes, uma histórica, que abordará como surgiram, se desenvolveram e desapareceram os quilombos na Bahia, e outra antropológica, que avaliará a situação atual dos quilombolas.

Além do documentário, Antonio Olavo quer produzir um mapa dos quilombos da Bahia e um Manual Pedagógico, para serem distribuídos para 4.333 escolas públicas do ensino fundamental e médio.

Fonte: *jornal A tarde - Salvador-Bahia*, por Manu Dias.

### SP MONITORES AMBIENTAIS EM CAÇANDOCA

Trinta e dois moradores da comunidade de Caçandoca, em Ubatuba (SP), receberam no dia 1º de abril certificados de Monitor Ambiental. O curso foi

oferecido em julho do ano passado, pela Fundação Instituto de terras (ITESP) em parceria com a Secretaria Estadual de Justiça e da Defesa da cidadania.

Os quilombolas estão aptos a apresentar as belezas naturais da região, as ruínas de antigas fazendas e, principalmente, a promover a conscientização ambiental. Além disso, atendendo a uma reivindicação dos próprios moradores, o projeto de capacitação ecológica também promoveu um curso de primeiros socorros, criando mais uma alternativa de geração de renda.

Fonte: *Imprensa Livre*

### SE AMEAÇAS DE MORTE EM MOCAMBO E LAGOA DOS CAMPINHOS

As ameaças de morte que os quilombolas das comunidades de Mocambo, Porto da Folha, Lagoa dos Campinhos e Amparo do São Francisco estão recebendo de fazendeiros da região foi o tema de uma audiência promovida pelo procurador da república Paulo Fontes. A reunião aconteceu no dia 13 de abril, um dia depois das organizações Saci e Cupim visitarem o povoado de Lagoa dos Campinhos. O objetivo da

visita foi conversar com os moradores e obter mais informações sobre o caso. Paulomary Acácio dos Santos, líder da comunidade Mocambo, que foi a Brasília denunciar as ameaças participou da reunião. Essas ameaças são conseqüências das ocupações e uso de terras, que em sua maioria é de propriedade do governo Federal.

FONTE: *Jornal da Cidade - Aracaju - SE*

### MS QUILOMBOLAS REÚNEM-SE COM MINISTRO DA REFORMA AGRÁRIA

No dia 22 de abril o ministro da reforma agrária Miguel Rosseto esteve na sede do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra) do Mato Grosso do Sul em reunião com os movimentos sociais rurais. Participaram do encontro representantes da Associação Boa Vida, da comunidade de Mata Cavalo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Negro, do Incra e do Grucon (Grupo de Consciência Negra). Diante das mudanças na legislação para regulamentação dos remanescentes de quilombos, o ministro se comprometeu a informar a



Ana Emilia Gualberto

São José da Serra RJ 2003 -

comunidade de Mata Cavalo até o dia 22 de junho sobre o andamento do processo de legalização de suas terras.

Fonte: *Gonçalina Almeida*

## **ES** FÓRUM SOCIOAMBIENTAL EM SÃO MATEUS

Quilombolas de comunidades do Espírito Santo participaram do Fórum Sócio - Ambiental, realizado no Sindicato dos profissionais de educação (Sepe) do município de São Mateus. O evento aconteceu durante os dias 28, 29 e 30 de abril. Uma representante da Fundação Cultural Palmares restringiu-se a falar sobre a história e os direitos da população negra.

Fonte: *Projeto Egbé - Territórios Negros, por Domingas Dealdina*

## **ES** COMPRA ANTECIPADA DE FARINHA

O projeto de empréstimos concedidos pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e intermediado pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), para compra antecipada de farinha de mandioca das comunidades quilombolas continua em andamento. A primeira remessa do empréstimo ocorreu em março, beneficiando 70 pessoas. A segunda etapa de empréstimos, no valor de R\$ 2.500, 00 reais por pessoa, está prevista para ser concretizada em maio, atingindo cerca de 60 pessoas. As comunidades têm o prazo de dois anos para restituir o valor a CONAB, que pode ser pago em dinheiro ou em 62 sacos de farinha.

Fonte: *Projeto Egbé - Territórios Negros, por Domingas Dealdina*

## **MG** BREJO DOS CRIoulos REINVINDICA TERRAS



*Tambor de crioula - II ENCRQ Brasília 2002*

Cerca de 400 famílias da comunidade remanescente de quilombo Brejo dos Crioulos ocuparam no dia 30 de março a fazenda São Miguel, em São João da Ponte, norte de MG. Depois de uma liminar de reintegração de posse, da presença da Polícia Militar e de uma audiência itinerante, os quilombolas deixaram a fazenda e acamparam no entorno da propriedade. O Incra se comprometeu a realizar a negociação de compra e venda dessas terras. A comunidade reivindica o reconhecimento dessas terras desde de 98, junto a Fundação Cultural Palmares e a Procuradoria Geral da República em Minas Gerais.

Brejo dos Crioulos vem recebendo apoio da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT), do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) e de outros grupos que apoiam as comunidades remanescentes de quilombos. Em maio, uma equipe da Fundação Cultural Palmares

iniciou os trabalhos para a produção do laudo antropológico e, assim, o reconhecimento da comunidade como "remanescente de quilombos".  
FONTE: *Ofícios, Incra e CEDEFES.*

## conheça

A série de reportagens feitas por Rogério Medeiros e os artigos de Ubervalter Coimbra, publicados na revista eletrônica *Século Diário* e no site *Século Diário*, que mostram os danos causados pela empresa Aracruz Celulose, no norte do Espírito Santo. As matérias relatam casos como o do morador do município de Conceição da Barra Manoel Florentino, 88 anos, que ficou cego por causa dos efeitos dos agrotóxicos utilizados pela Aracruz.

## REVISTA ELETRÔNICA SÉCULO DIÁRIO:

[www.seculodiario.com/seculo/](http://www.seculodiario.com/seculo/)

## SÉRIE SOBRE A ARACRUZ CELULOSE DO SITE SÉCULO DIÁRIO:

[www.seculodiario.com/aracruz/](http://www.seculodiario.com/aracruz/)

## SITE SÉCULO DIÁRIO:

[www.seculodiario.com.br](http://www.seculodiario.com.br)



fique sabendo

## O INCRA e a demarcação de terras quilombolas

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aprovou no final de março uma instrução normativa que define os procedimentos administrativos no processo de demarcação de terras de remanescentes de quilombos. A proposta tem o objetivo de criar um ambiente favorável à implantação do Modelo de Gestão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Combate a Todas as Formas de Racismo. Entre as prioridades deste documento está a regularização fundiária de terras onde existam comunidades remanescentes de quilombos. O processo vai envolver diversos setores do Governo Federal, como os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Defesa, a Secretaria de Promoção Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Fundação Cultural Palmares e a Secretaria de Patrimônio da União.

Segundo Rolf Hackbart, presidente do INCRA, umas das metas do novo plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é reconhecer, demarcar e titular 30 comunidades quilombolas ainda este ano e um total de 120 até o final de 2006. O PNRA também pretende promover ações de inserção nestas comunidades, programas de incentivo às atividades produtivas e de segurança alimentar. A regularização fundiária possibilita que os moradores destas áreas tenham acesso às políticas já existentes de incentivo a agricultura familiar, como linhas de crédito diferenciadas, assistência técnica específica e orientação para a produção destinada ao mercado consumidor.

-A demarcação de quilombos será uma outra Reforma Agrária, afirmou Hackbart, durante o Seminário Internacional América do Sul - África, Acordos e Compromissos para a promoção da igualdade racial realizado em março no Hotel Nacional, em Brasília. É a primeira vez que o governo federal inclui a demarcação de terras dos remanescentes de quilombos no Plano Nacional de Reforma Agrária.



José Maurício Arruti

Sapê do Norte - ES 2004 -

### SOBRE A LEGISLAÇÃO:

O decreto n 4.887, de novembro de 2003, atribuiu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do INCRA, a implementação de ações de regularização das terras quilombolas. Com o ato presidencial, o governo federal possibilitou a desapropriação de terras particulares onde existam remanescentes de quilombos - situação prevista na constituição federal de 1988.

### SOBRE O PROCESSO DE RECONHECIMENTO:

As mudanças na legislação definiram que as Superintendências Regionais do Incra passam a ser as responsáveis pelo levantamento das informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas e históricas junto aos órgãos do governo Federal.

A caracterização das comunidades quilombolas será feita por meio de uma autodefinição na qual elas deverão apresentar dados sobre a sua ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, cultos e costumes. A partir daí, um cadastro das famílias e um estudo da origem da propriedade são realizados. Assim, com a conclusão dos trabalhos de identificação e demarcação, o reconhecimento das áreas de remanescentes de quilombos é publicado no Diário Oficial da União.

FONTE: INCRA

## Sacopã

Desde a abertura dos primeiros procedimentos para reconhecimento de *comunidades remanescentes de quilombos*, a partir de 1988, data da publicação do artigo 68 da Constituição Federal, as comunidades abrangidas por esse dispositivo constitucional são fundamentalmente de origem rural. Dezesesseis anos após sua publicação, o número de comunidades reconhecidas ou reivindicando o reconhecimento cresce cada vez mais no país, abrangendo comunidades cada vez mais diversificadas. No ano de 2003, a *Família Silva* se tornou a primeira comunidade do país que pode vir a ter suas terras oficialmente reconhecidas como *quilombo urbano*, através de um convênio firmado entre a Fundação Cultural Palmares (FCP) e a prefeitura gaúcha para a produção de um laudo antropológico.

No Estado do Rio de Janeiro, porém, a possibilidade de reconhecimento oficial de uma área urbana como *remanescente de quilombo* foi aberta em 1999, quando a Assessoria de Assuntos Étnicos do gabinete da vice-governadora do estado, na época, Benedita da Silva, encaminhou ao Ministério Público Federal (MPF) e à FCP um "relatório de inspeção técnica" solicitando um "levantamento histórico" referente às famílias habitantes da Ladeira do Sacopã, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O MPF, em seguida, solicitou a FCP a "elaboração de um laudo antropológico de identificação que viabilize o reconhecimento da comunidade como quilombola".

A Família Pinto, ocupando a área desde o final do século XIX, vem travando uma intensa batalha judicial para permanecer em suas terras. Moradores de um dos locais mais privilegiados da cidade do Rio de Janeiro, com vista panorâmica para o Morro do Corcovado e para a Lagoa Rodrigo de Freitas, localizados no bairro da Lagoa, as famílias começaram a ser pressionadas por grandes empresas imobiliárias desde a década de 70. Neste período, os moradores enfrentaram inclusive soldados armados que chegaram às suas casas para cumprir uma ordem de despejo.

Os atuais moradores do endereço nobre da Ladeira do Sacopã são descendentes de escravos vindos da região norte do estado, fugidos da

escravidão. Os antigos contavam que um escravo, chamado Mariano Paletó, que tinha herdado de seus senhores as terras dessa fazenda, encaminhava sigilosamente escravos fugidos para essa região. Anos mais tarde, um dos filhos desse ancestral da Família Pinto começou a trabalhar como empregado da proprietária Astreia Bhering Oliveira Matos, que posteriormente lhe cedeu as terras. Mesmo após a morte dessa proprietária e a transformação daquelas terras em reserva florestal, a Família Pinto permaneceu no local, que foi progressivamente se transformando em um bairro de luxo cercado de mansões.

Os vinte mil metros quadrados ocupados, em 1999, por 42 pessoas há mais de cem anos, transformaram-se em um famoso pagode, conhecido como "Só na lenha", freqüentado por grandes nomes do samba carioca e por uma platéia de jovens universitários de classe média. Os membros dessa família, há cerca de vinte anos, criaram o *Grupo de Pagode Sacopã*, que chegou a reunir mais de duzentas pessoas em torno de uma feijoada. As atividades do grupo, porém, foram interrompidas pelo Condomínio do Edifício Cambury que alegava o horário impróprio para o funcionamento do pagode.

Ao contrário do que aconteceu na cidade de Porto Alegre, onde a prefeitura firmou um acordo com a FCP para reconhecer a comunidade como *quilombo urbano* e regularizar suas terras, no Rio de Janeiro a prefeitura vem pressionando a Família Pinto a deixar o local, emitindo ordens de despejo. Em março de 2002, o juiz deu ganho de causa às famílias, depois de 27 anos de batalha judicial, mas este ato ainda não representou uma vitória, já que a outra parte do processo pode recorrer. Também diferentemente do que aconteceu com a Família Silva, até o momento os descendentes de escravos da Ladeira do Sacopã não receberam nenhuma manifestação da FCP sobre o andamento de seu processo. Os membros da Família Pinto, moradores de uma área avaliada em mais de R\$ 4 milhões, resistem há quase trinta anos à pressão de grandes empresas imobiliárias e esperam à legalização de suas terras e a autorização para voltar a realizar seus pagodes.

Fonte:

"Relatório de Inspeção Técnica" - Gabinete da Vice Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, 1999  
"A Conquista do Paraíso" - Revista Isto É, março de 1986



um pouco de história

## A Revolta de Queimados

Em 19 de março de 2004 comemorou-se os 155 anos da *Revolta do Queimado*. Este distrito do município de Serra (ES) foi palco de uma intensa revolta de escravos pela da liberdade. A insurreição iniciada em 19 de março de 1849, durou cinco dias e só terminou com a prisão dos líderes do movimento.

Tudo começou com o compromisso assumido por um frei com os escravos locais. Frei Gregório José Maria de Bene era um capuchinho italiano que tinha idéias abolicionistas e o desejo de construir uma grande igreja no povoado de Queimado. Para realizar essa construção, teria se comprometido com alguns escravos prometendo que aqueles que participassem da tarefa poderiam ser posteriormente libertos. Frei Gregório prometeu aos escravos que intercederia junto aos senhores para que alforriasse todos os escravos que contribuíram na obra da igreja.

No dia 19 de março, dia da festa de São José, durante a celebração da missa em homenagem ao santo, cerca de trinta escravos entraram na igreja. Aproveitando o momento de festa em que se encontravam reunidos vários senhores, os escravos pretendiam exigir suas declarações de alforria. Contando que o padre os apoiaria, os escravos entraram na igreja aos gritos de liberdade. Instaurado um momento de confusão, o padre interrompeu a missa e, sem nenhuma comunicação com os escravos, abandonou o altar. Mesmo sem o apoio do padre, Elisário, João e Chico Prego, líderes do movimento, e outros escravos resolveram percorrer as casas dos senhores exigindo que assinassem a declaração de alforria. Acreditavam que apresentando as declarações assinadas o padre não se omitiria e os ajudaria a oficializar o documento junto à Imperatriz Dona Tereza Cristina, com quem o padre mantinha relações de amizade.

Os escravos seguiram para diversas fazendas reunindo um número cada vez maior de escravos e exigindo que seus senhores assinassem as declarações de liberdade. Segundo o presidente de província, nessas incursões os escravos foram acumulando armas, munições e chegaram a formar um grupo de cerca de trezentos revoltosos, gerando confrontos e vítimas feridas dos dois lados.

Do dia 20 ao dia 23 deu-se o combate à insurreição pela força policial. Na perseguição aos revoltosos, os

policiais atiravam em qualquer negro que encontravam pelas ruas, estando envolvidos na revolta ou não. Muitos escravos foram mortos e outros brutalmente castigados. No dia 31 foi realizado o julgamento e a sentença só foi obtida após três dias de debate.

Em 7 de dezembro, cinco presos conseguiram fugir da prisão. Como na prisão não foi encontrado vestígio de arrombamento, a fuga foi atribuída a um milagre de Nossa Senhora da Penha, já que Elisiário insistia com seus colegas que não parassem de rezar. Este escravo se tornou uma lenda já que, mesmo perseguido, nunca foi encontrado. Tornou-se herói entre os negros que lutavam pela liberdade e sua fuga foi cantada em prosa e verso como um milagre da santa. João e Chico Prego foram executados em janeiro de 1850.

Em 1996, a Câmara Municipal aprovou o *Projeto Chico Prego*, que consiste na concessão de incentivos fiscais na realização de projetos culturais. Em 2002, foi celebrada uma missa afro-ecumênica nas ruínas da Igreja São José de Queimado, em comemoração aos 153 anos da insurreição. Nessa celebração estavam presentes cerca de mil pessoas e entre elas representantes de movimentos sociais e religiosos e também alguns dos descendentes dos escravos revoltosos.

### PARA SABER MAIS:

- "História da Serra", de Clério José Borges
- "A insurreição de 1849 na Província do Espírito Santo", de Wilson Lopes de Resende. Edições Itabira, 1949.
- <http://kenyor.tripod.com.br/revolta.htm>
- <http://www.geocities.com/revoltadoqueimado>

Este boletim é produzido pelo projeto EGBÉ - Territórios Negros de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1500 exemplares, destinada a distribuição entre as comunidades negras rurais. Está disponível também na home page de KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

#### Secretário Executivo de KOINONIA

Rafael Sores de Oliveira

#### Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do Informativo

José Maurício Arruti

#### Pesquisadoras

Alessandra Tosta e Mariza Rios

#### Assistente de pesquisa

Ana Emília Martins Gualberto

#### Estagiária de comunicação

Manoela Vianna

#### Programação visual

Flávia Cunha

#### Revisão

Helena Costa e Rosa L. Peralta



#### KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória

22211-230 Rio de Janeiro - RJ

Tel: 2224 6713 Fax: 2221 3016

[www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)